

APRESENTAÇÃO

O abismo de que trata este livro não é uma imagem situada fora da História. Tampouco corresponde a um precipício diante do qual uma humanidade abstrata, tomada como unidade indiferenciada, estaria simplesmente ameaçada. Se há um abismo, ele foi produzido historicamente. Suas marcas estão inscritas nas relações sociais por meio das quais os seres humanos produzem e reproduzem a própria existência – relações atravessadas pela apropriação da riqueza, pela exploração do trabalho, pela disputa dos territórios e pelo controle dos meios de produção e de poder. É sob essas condições, historicamente construídas, que a mesma sociedade, capaz de ampliar extraordinariamente suas forças produtivas, produz também as condições de sua própria destruição. É desse ponto de partida que esta coletânea está organizada.

“À beira do abismo” foi o eixo que orientou o XV Colóquio Nacional e VIII Colóquio Internacional do Museu Pedagógico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, realizado entre 6 e 8 de novembro de 2024. A expressão, deliberadamente aberta, permitiu reunir diferentes campos do conhecimento em torno de uma questão que não pode ser reduzida a uma única dimensão da vida social: que relações históricas conduziram a humanidade às condições atuais de existência e quais forças sociais ainda podem interromper, deslocar ou transformar esse movimento?

A pergunta exige que se desconfie das explicações que apresentam a crise contemporânea como resultado de acontecimentos isolados, de escolhas individuais ou de uma suposta incapacidade genérica da humanidade para lidar com os problemas que ela própria criou.

A destruição ambiental, a desigualdade social, a precarização do trabalho, a regressão de direitos, a militarização das relações sociais, o avanço de formas autoritárias de poder e a produção de diferentes modalidades de violência não constituem fenômenos independentes. Expressam, em diferentes escalas, conflitos em torno da apropriação da riqueza, do controle do trabalho, dos territórios e dos recursos

naturais, bem como da capacidade de determinados grupos e classes sociais de impor seus interesses sobre o conjunto da sociedade.

O capitalismo ocupa lugar central nessa investigação. Não como explicação suficiente para tudo o que ocorre no presente, mas como relação social historicamente constituída, cuja dinâmica de reprodução vem subordinando parcelas cada vez mais amplas da existência à valorização do valor. No capitalismo contemporâneo, essa lógica se expressa na crescente mercantilização da natureza, transformada em fonte de recursos e campo de valorização; na intensificação da exploração do trabalho e na precarização das relações laborais; na redução dos direitos sociais a entraves aos imperativos de contenção dos custos e de expansão da acumulação; na transformação dos territórios em espaços submetidos à lógica do capital; e na subordinação de dimensões cada vez mais amplas da vida às exigências da reprodução ampliada.

A crise, nesse sentido, não se manifesta somente quando seus efeitos se tornam visíveis. Ela resulta das contradições inscritas nas próprias relações sociais que organizam a produção e a reprodução da existência. O que aparece como crise em determinado momento histórico não é, portanto, algo exterior à sociedade, mas a manifestação de contradições produzidas no interior de suas próprias relações. É nesse terreno que se encontram algumas das contradições fundamentais do nosso tempo.

A capacidade técnica alcançada pela humanidade, resultado de um desenvolvimento histórico marcado por relações sociais determinadas, convive contraditoriamente com a fome, a desigualdade e a apropriação privada da riqueza social; a ampliação extraordinária dos meios de comunicação convive com a produção industrial da desinformação; a expansão das forças produtivas convive com a destruição acelerada das condições naturais indispensáveis à vida; o discurso sobre democracia convive com processos de militarização, autoritarismo e restrição de direitos; e o extraordinário desenvolvimento científico não impede que o conhecimento seja submetido a interesses econômicos, políticos e ideológicos.

A questão ambiental talvez seja uma de suas expressões mais evidentes. As alterações climáticas, a destruição de ecossistemas, a perda da biodiversidade e a apropriação predatória dos bens naturais colocam em tensão as próprias condições de reprodução da vida. Mas também aqui é necessário deslocar o olhar de uma natureza abstratamente ameaçada para as relações históricas que determinam sua apropriação, exploração e distribuição. A devastação de florestas, a mineração predatória, a expansão das fronteiras de acumulação, a apropriação privada de bens comuns e a emissão crescente de resíduos e gases de efeito estufa não resultam de uma relação genérica entre humanidade e natureza. Expressam formas historicamente determinadas de produzir riqueza, organizar o trabalho e apropriar-se dos bens naturais. Não existe crise ambiental dissociada das formas sociais de produção, apropriação e distribuição da riqueza.

Essa compreensão impede que o problema seja reduzido a uma questão comportamental ou exclusivamente técnica. A consciência ecológica é necessária, mas não pode ser separada das condições materiais nas quais os sujeitos vivem e trabalham. A educação ambiental, a alfabetização científica, a participação comunitária e a formação de professores adquirem sentido precisamente quando inseridas nessa totalidade contraditória.

É por essa razão que esta obra não foi organizada como simples reunião dos textos apresentados no Colóquio. A disposição dos capítulos procura produzir um percurso de leitura. Partimos das manifestações mais gerais da crise contemporânea e procuramos identificar os processos que as produzem; aproximamo-nos, em seguida, do trabalho, da educação, da política e das formas de controle que incidem sobre a vida cotidiana; examinamos os espaços de formação e organização coletiva; e chegamos, por fim, às experiências de resistência, às utopias e às disputas em torno do futuro.

A **Parte I – À beira do abismo: a crise da civilização contemporânea** – concentra-se no diagnóstico. Abre-se com “Crise capitalista e os desafios da humanidade: estamos à beira do abismo?”, texto que coloca diretamente a questão que confere título à coletânea.

A discussão prossegue em “À beira do abismo social: capitalismo e desigualdade estrutural”, deslocando a análise para a desigualdade produzida pela própria dinâmica social. Em seguida, “Crise da sociedade contemporânea e os desafios ético-políticos da humanidade: necessidade de desenvolver a consciência ecológica” aproxima a crise social da crise ambiental e recoloca a questão ecológica como problema histórico e político. Fecha essa primeira aproximação “Os caminhos da humanidade no século XXI e a instituição do comum”, que amplia o horizonte temporal da reflexão e interroga as formas pelas quais a humanidade pode construir outros modos de produzir e compartilhar sua existência.

A **Parte II – As raízes do abismo: capitalismo, imperialismo, barbárie e conhecimento** aprofunda as determinações do problema. “A educação escolar e a luta contra a barbárie: reflexões histórico-críticas” estabelece uma mediação fundamental entre as relações sociais que produzem a barbárie e o lugar da educação na formação humana. O texto, ao recorrer à Pedagogia Histórico-Crítica, recoloca em discussão a apropriação do conhecimento sistematizado e a formação da consciência como dimensões da luta social. Em “Ciencias humanísticas y ciencias naturales en el enfrentamiento a los desafíos ambientales: retos y enfoques”, a questão ambiental é examinada a partir da relação histórica entre diferentes campos do conhecimento. Já “As ciências humanas, as ciências da natureza, a educação e o enfrentamento à barbárie” ampliam essa reflexão, recolocando ciência, educação e transformação da natureza no interior das contradições que atravessam o presente.

Na **Parte III – As formas da barbárie: trabalho, poder, controle e dignidade**, a discussão abandona progressivamente a escala mais geral e se aproxima das formas concretas assumidas pela crise. “Desmantelando direitos, desmontando uma categoria: a precarização do trabalho docente no capitalismo flexível” mostra como a reorganização contemporânea do trabalho alcança a docência, corroendo direitos e alterando as próprias condições de realização do trabalho educativo. “Militarização da escola pública: expansão, gestão

e efeitos sobre a educação democrática” examina outra dimensão dessa regressão, relacionada à incorporação de racionalidades militarizadas na escola pública e às tensões que daí decorrem para a formação democrática. Por sua vez, “Ameaça à dignidade humana: como o Vaticano percebe teorias de gênero” desloca a análise para o campo das disputas em torno dos corpos, da sexualidade, da normatividade e da dignidade humana. A discussão evidencia que a produção da barbárie também passa pela definição social e política de quais vidas, corpos e sujeitos são reconhecidos como dignos.

A **Parte IV – Educação e formação: mediações para enfrentar a barbárie** reúne textos que interrogam as formas de intervenção no campo da formação. Em “Mudanças climáticas: um debate sobre infâncias e formação de professores da Educação Infantil”, a crise climática é relacionada à infância e à formação docente. “Formação ambiental e alfabetização científica: entre a tecnificação e a consciência crítica nos cursos dos Institutos Federais do Rio Grande do Norte” problematiza os limites de uma formação ambiental reduzida à dimensão técnica e recoloca a necessidade de uma perspectiva crítica. Em “La educación ambiental comunitaria: alternativa en el enfrentamiento a problemáticas locales”, a discussão ganha uma dimensão concreta, centrada na comunidade, na participação, nos saberes locais e na construção coletiva de respostas aos problemas ambientais. Por fim, “Memória e linguagem na escola: discursos urbanos e indígenas na construção da identidade nacional” desloca a atenção para a produção das narrativas, das memórias e das identidades, mostrando que a escola também participa das disputas pelas formas de representar o passado e, consequentemente, pelas possibilidades de imaginar o futuro.

A **Parte V – Para além do abismo: resistência, utopia e futuro** encerra o percurso sem transformar a crise em destino. “A Caixa de Pandora e o futuro do presente: sinais de abismo e de esperança” retoma experiências históricas de violência, autoritarismo, resistência e utopia, fazendo do passado não um repertório morto, mas um campo de disputa sobre o presente. Finalmente, “Entre la crisis climática,

ecológica y social del planeta: ¿aún existen caminos para la resistencia y las utopías?” recoloca frontalmente a pergunta que atravessa todo o livro: diante da dimensão alcançada pelas crises contemporâneas, ainda é possível construir alternativas?

A resposta que emerge dos diferentes textos não é uniforme. Nem poderia ser. Os capítulos partem de objetos, experiências, campos disciplinares e perspectivas distintas. Há divergências teóricas, diferenças de escala e formas diversas de compreender tanto a crise quanto as práticas de enfrentamento. Essa diversidade não constitui uma fragilidade da coletânea. Ao contrário, expressa a própria complexidade do problema que a originou.

Há, contudo, um fio que atravessa o conjunto: a recusa de compreender o presente como fatalidade. Se as condições atuais de existência foram historicamente produzidas, elas não são naturais nem eternas. Se a barbárie encontra fundamento em relações sociais determinadas, também as formas de resistência se constituem no interior da História. Não se trata, assim, de opor ingenuamente esperança e catástrofe, como se uma pudesse simplesmente substituir a outra. Trata-se de compreender as contradições que atravessam o presente, identificar os limites que ele impõe e, sobretudo, reconhecer as forças sociais que podem deslocá-los.

Educação, ciência, memória, trabalho, organização comunitária, participação política e produção de conhecimento não aparecem aqui como soluções isoladas para uma crise de proporções históricas. Constituem espaços concretos de disputa, nos quais os sujeitos podem compreender as condições em que vivem, confrontar interesses estabelecidos e construir formas coletivas de intervenção sobre a realidade. Nenhum desses campos, tomado isoladamente, produz a emancipação. Mas nenhuma transformação histórica se realiza sem que essas dimensões da vida social sejam também disputadas.

O abismo, então, deixa de ser somente o lugar para onde se dirige o olhar e é objeto de investigação. É preciso compreender como foi produzido, quem se beneficia de sua reprodução, quem suporta seus

custos e quais relações sociais precisam ser transformadas para que o futuro não seja somente a reprodução ampliada do presente.

É nesse ponto que a utopia recupera sua dimensão política, não como fuga das determinações históricas, mas como capacidade de projetar possibilidades ainda não realizadas a partir das contradições existentes. Pensar o futuro significa, nesse sentido, disputar o presente.

Esta coletânea nasce dessa inquietação. Seus textos não pretendem oferecer uma resposta definitiva à crise de nosso tempo. Pretendem, antes, contribuir para que ela seja compreendida em sua historicidade, em suas determinações e em suas contradições. Porque reconhecer o abismo não significa aceitá-lo como destino. Significa perguntar pelas relações que o produziram, pelas forças que o sustentam e pelas formas concretas de resistência capazes de interromper seu avanço.

Talvez seja essa a tarefa mais urgente do pensamento crítico diante do presente: compreender que o abismo não caiu sobre nós como fatalidade, tampouco resulta de uma suposta natureza humana incapaz de controlar as forças que produziu. Ele tem história, possui determinações sendo sustentado por relações sociais concretas. A barbárie não é um desvio ocasional do processo civilizatório, mas pode constituir-se no próprio movimento de uma sociedade que transforma riqueza social em poder privado, conhecimento em mercadoria, direitos em privilégio e a vida em condição de reprodução do capital. É nesse terreno contraditório que se colocam as formas de resistência e transformação. Não há garantias históricas, muito menos um futuro previamente assegurado. Há, contudo, sujeitos, conflitos, contradições e forças sociais em disputa. É sobre esse terreno – e não fora dele – que se decide o futuro.

Rubens Mascarenhas
Marta Loula Dourado Viana
Organizadores